



ICCR Rio Minas S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
ICCR Rio Minas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ICCR Rio Minas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a



ICCR Rio Minas S.A.

Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



ICCR Rio Minas S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026

A handwritten signature in grey ink that reads 'PricewaterhouseCoopers'. The signature is written in a cursive style and is positioned to the left of the printed name.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Mairkon Strangueti Nogueira
Contador CRC 1SP255830/O-3

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em reais)

ATIVO

CIRCULANTE	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4	117.629.544	75.243.017
Estoques	5	2.997.363	1.232.310
Adiantamentos a terceiros		19.753	3.000
Impostos a recuperar		206.156	427.039
Despesas antecipadas	6	1.640.524	1.004.441
Total do circulante		122.493.341	77.909.807
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:			
- Depósitos judiciais	7	339.115	192.775
- Impostos diferidos	8	881.049	6.704
Imobilizado	9	103.808.333	91.248.780
Intangível		31.542	30.126
Ativos de direito de uso	10	1.857.775	1.475.490
Total do não circulante		106.917.815	92.953.875
TOTAL DO ATIVO		229.411.156	170.863.683

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ICCR RIO MINAS S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CIRCULANTE	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fornecedores	12	15.304.293	8.650.789
Partes relacionadas	13	5.265.656	841.164
Arrendamento	10	1.159.797	691.364
Obrigações trabalhistas	14	7.268.336	1.527.780
Obrigações tributárias	15	5.558.946	1.620.595
Total do circulante		34.557.028	13.331.691
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	12	2.557.084	121.420
Arrendamento	10	792.789	800.814
Provisão para contingências		450.000	-
Adiantamento de cliente	11	175.582.520	153.777.291
Total do não circulante		179.382.393	154.699.525
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17		
Capital social subscrito		1.000.000	1.000.000
Capital social integralizado		1.000.000	1.000.000
Reserva legal		200.000	120.162
Lucros acumulados		14.271.734	1.712.305
Total do patrimônio líquido		15.471.734	2.832.467
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		229.411.156	170.863.683

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ICCR RIO MINAS S/A
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	18	<u>301.027.714</u>	<u>38.309.665</u>
Custo dos serviços prestados	19	(213.187.341)	(26.151.198)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		<u>87.840.373</u>	<u>12.158.467</u>
Despesas gerais e administrativas	19	(68.651.178)	(13.398.960)
Outras receitas e despesas, líquidas	20	(262.796)	(241.104)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS		<u>18.926.399</u>	<u>(1.481.597)</u>
Resultado financeiro líquido	21	9.994.453	5.129.203
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IRPJ E CSL		<u>28.920.852</u>	<u>3.647.606</u>
IRPJ e CSL - correntes	22	(10.686.380)	(1.251.076)
IRPJ e CSL - diferidos	22	874.345	6.704
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>19.108.817</u>	<u>2.403.235</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ICCR RIO MINAS S/A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	19.108.817	2.403.235
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	<u>19.108.817</u>	<u>2.403.235</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ICCR RIO MINAS S/A

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais)

	Nota	RESERVA DE LUCROS				TOTAL
		CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	LUCROS À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA	LUCROS ACUMULADOS	
SALDO EM 31/12/2023		100.000	-	-	-	100.000
Capital social subscrito		900.000				900.000
Lucro líquido do exercício					2.403.235	2.403.235
Destinação dos resultados:						
- Constituição de reserva legal			120.162		(120.162)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios			-		(570.768)	(570.768)
- Lucros a disposição da Assembleia				1.712.305	(1.712.305)	-
SALDO EM 31/12/2024		1.000.000	120.162	1.712.305	-	2.832.467
Capital social subscrito	17.a					-
Lucro líquido do exercício					19.108.817	19.108.817
Distribuição de lucros					(1.712.305)	(1.712.305)
Destinação dos resultados:						
- Constituição de reserva legal	17.b		79.838		(79.838)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios	17.c			-	(4.757.245)	(4.757.245)
- Lucro à disposição da Assembleia				12.559.429	(12.559.429)	-
SALDO EM 31/12/2025		1.000.000	200.000	14.271.734	-	15.471.734

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ICCR RIO MINAS S/A
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		28.920.852	3.647.607
(+) Juros de arrendamento		215.002	35.641
(+) Depreciações		8.828.138	1.161.391
Total do lucro líquido ajustado		37.958.736	4.844.639
Variação do ativo			
Estoques	5	(1.765.053)	(1.232.310)
Adiantamentos a terceiros		(16.753)	(3.000)
Impostos a recuperar		220.882	(427.039)
Despesas antecipadas		(636.083)	(1.004.441)
Depósitos judiciais	7	(146.340)	(192.775)
Impostos diferidos		-	(6.704)
Total da variação do ativo		(2.343.347)	(2.866.270)
Variação do passivo			
Fornecedores	12	9.089.167	8.796.411
Partes relacionadas		1.198.962	841.164
Adiantamento de Cliente		21.805.228	153.777.291
Arrendamento mercantil		-	1.492.178
Obrigações trabalhistas		5.740.556	1.527.780
Obrigações tributárias	15	3.938.352	1.620.595
Total da variação do passivo		41.772.265	168.055.418
Caixa gerado pelas atividades operacionais		77.387.654	170.033.787
Imposto de renda e contribuição social		(9.812.035)	(1.244.372)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		67.575.619	168.789.415
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
(+) Venda de ativo imobilizado		2.235.305	-
(-) Aquisição de imobilizado	9	(24.006.322)	(93.915.787)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(21.762.167)	(93.915.787)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital social em espécie		-	900.000
Reserva Legal		-	120.162
Pagamento de arrendamento mercantil		(1.143.852)	(180.005)
Pagamento de dividendos		(2.283.073)	(570.768)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento		(3.426.925)	269.389
Variação em caixa e equivalentes de caixa		42.386.527	75.143.017
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		75.243.017	100.000
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		117.629.544	75.243.017
Variação em caixa e equivalentes de caixa		42.386.527	75.143.017

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ICCR RIO MINAS S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2025

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ICCR RIO MINAS S.A. (Companhia), com sede na cidade de Governador Valadares-MG, foi constituída em 30 de novembro de 2023. É uma sociedade com propósito específico, que tem por objeto social o exercício das atividades necessárias à execução do contrato celebrado com a ECORIOMINAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A. (“EcoRioMinas”), ITINERA CONSTRUÇÕES LTDA e CRASA INFRAESTRUTURA S.A., para fins da execução de obras da concessão dos serviços públicos de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para exploração do sistema rodoviário denominado Rio - Valadares nas Rodovias BR-116/RJ, BR-116/MG, BR-493/RJ, BR-465/RJ, com prazo de entrega total previsto para setembro 2030.

A ITINERA CONSTRUÇÕES LTDA, é controlada pela Itinera SPA, com Sede na Itália e ambas são parte do Grupo ASTM, e detém o controle da Companhia com 50,01% do Capital Social (Nota Explicativa 17)

O contrato foi celebrado em 08 de março de 2024, entre a Contratante e a SPE ICCR RIO MINAS, através do contrato CT-ERM-ENG-CT 00005/24.

Na data de 20 de setembro de 2023, houve integralização ao Capital Social da Companhia, pela acionista ITINERA Construções Ltda., de R\$ 500.100,00 e pela acionista CRASA Infraestrutura S.A. por 499.900,00, conforme Boletim de Subscrição, todos destinados à operação da Companhia.

A EcoRioMinas Concessionário de Rodovias S.A. é habilitada no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura criado pela Lei 11.488/2007, que consiste na suspensão das contribuições ao PIS e a COFINS sobre aquisições destinadas ao seu ativo imobilizado. Desta forma as receitas de prestação de serviços realizadas pela Companhia à Eco Rio Minas Concessionária de Rodovias S.A. são suspensas de PIS e COFINS.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Companhia em 27 de fevereiro de 2026, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações contábeis, quando requeridos.

a. REFORMA TRIBUTÁRIA SOBRE CONSUMO

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma, e sancionada pela presidência da República em 16 de janeiro de 2025, pela Lei Complementar (“LC”) 214/2025.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025 e a Companhia não obteve bases para estimar seus efeitos para 2026 em diante.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas

ICCR RIO MINAS S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2025

Internacionais e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira sistemática pela Companhia e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas.

As principais políticas contábeis materiais descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais políticas contábeis materiais adotadas na elaboração das demonstrações é o seguinte:

Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Contas a receber

Estão apresentadas a valores de realização. Estão também incluídos os valores ainda não faturados até a data do balanço em decorrência do contrato de construção, cujos valores são determinados pela progressão física dos projetos, descontados os valores recebidos antes da realização dos correspondentes serviços conforme cláusula contratual, os respectivos impostos diretos e de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. São registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos, ajustadas a valor presente, quando aplicável.

Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio de aquisição, estão líquidos de impostos recuperáveis e não superam os preços de mercado.

Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização sendo que, quando aplicável, são acrescidos de rendimentos e variações monetárias auferidos até as datas dos balanços. A Companhia reconhece os ativos quando o recurso é controlado por ela, oriundo de eventos passados, que provavelmente irão gerar um benefício econômico futuro.

Imobilizado

Os bens do Imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos dos impostos recuperáveis e da depreciação acumulada.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método das quotas constantes. As taxas anuais de depreciação conforme mencionadas abaixo e pelas horas trabalhadas de equipamentos pesados:

Contas	%
Máquinas e equipamentos	10%
Equipamentos de informática	20%
Móveis e utensílios	10%

ICCR RIO MINAS S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2025

De acordo com a política da empresa, as taxas de depreciação de máquinas e equipamentos cujos equipamentos apresentem representatividade nos saldos contábeis serão revisadas anualmente.

Arrendamento

Com base nas disposições do CPC 06, os contratos de arrendamento a pagar (que não constituem a prestação de serviços) são contabilizados pela imputação de um passivo financeiro à posição patrimonial-financeira, representado pelo valor presente dos futuros pagamentos de arrendamento, contra a publicação do direito de utilização do ativo arrendado nos ativos.

O CPC 06 introduz o conceito de "direito de utilização", que determina - independentemente da forma contratual - a obrigação de lançar o direito de utilização nos ativos do balanço com o correspondente a pagar pelo valor presente dos futuros pagamentos de arrendamento como uma contra rubrica no passivo.

Os ativos e passivos são lançados pelo valor corrente dos pagamentos de arrendamento contratualmente devidos, tendo em conta qualquer opção de extensão/resolução sempre que exista uma certeza razoável de a exercer/não exercer.

A parte da amortização e depreciação do direito de utilização lançada nos ativos e a despesa com juros provenientes dos passivos financeiros da locação são reconhecidas na demonstração dos resultados ao custo amortizado.

Para os contratos que expiram no prazo de 12 meses (arrendamentos de curto prazo) e os contratos para os quais os ativos subjacentes estão configurados como ativos de baixo valor (ou seja, os ativos da locação financeira que não excedem o valor de EUR 5.000 quando novos), a introdução da IFRS 16 não resulta no reconhecimento da responsabilidade financeira da locação financeira e do direito de utilização conexo, mas os pagamentos de arrendamento são lançados na demonstração de resultados numa base linear durante a duração dos respetivos contratos.

Impairment

A administração da empresa entende que os valores apresentados, estão sujeitos ao Pronunciamento Técnico 1 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01-R1) concernentes à divulgação do teste de recuperabilidade de ativos (impairment), especificadamente nos ativos intangíveis e imobilizados.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento.

A avaliação dos instrumentos financeiros é determinada:

- (a) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e
- (b) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso de aplicações a serem mantidas até o vencimento.

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações contábeis pelo seu valor contábil são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

ICCR RIO MINAS S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2025

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, sendo que, quando aplicável, são acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. A Companhia reconhece um passivo quando existe a obrigação legal na data do balanço, que vai proporcionar uma saída de caixa ou equivalente.

Atualização monetária e ajustes a valor presente de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente nos resultados dos exercícios a que se referem.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários relevantes de curto prazo e os de longo prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis da Companhia tomadas em seu todo. Calcula-se esse ajuste com base nos fluxos de caixa previstos e respectivas taxas de juros.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

As bases de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foram determinadas conforme o regime de tributação de lucro real anual. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a parcela anual excedente a R\$ 240.000. A contribuição social foi calculada à razão de 9% sobre o lucro tributável. Os tributos diferidos foram calculados sobre arrendamentos.

Provisões para contingências

Provisões são constituídas, conforme necessidade, para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a

ICCR RIO MINAS S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2025

contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Reconhecimento da receita

O reconhecimento da receita é realizado de acordo com o estágio de execução do contrato, usualmente denominado como método da porcentagem completada – POC (por esse método, a receita contratual é reconhecida com base no avanço financeiro do serviço contratado. Esse método proporciona informação útil sobre a extensão da atividade e do desempenho contratual ao longo do período). A receita compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, os reajustes, as reclamações e os pagamentos de incentivo contratuais, na condição em que seja praticamente certo que resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável.

Os custos de cada contrato são reconhecidos como resultado no período em que são incorridos, a menos que determinem um ativo relacionado à atividade de contrato futuro. A Companhia atua como principal em seus contratos, executando os serviços de compras de materiais e equipamentos (incluindo a modalidade de faturamento direto), conforme contratos estabelecidos com seus clientes. O controle de bens e serviços é de responsabilidade da Companhia no desempenho do contrato.

Quando o resultado de um contrato de prestação de serviço de construção não pode ser estimado em confiabilidade, sua receita é reconhecida até o momento dos custos incorridos desde que sua recuperação seja provável. Se for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato (caracterizando um contrato oneroso) a perda referente ao excedente entre a receita contratada e o custo total estimado é reconhecida imediatamente no resultado do exercício na rubrica “Custos das Atividades Operacionais”, com contrapartida na rubrica de “Passivo”.

As demais receitas são reconhecidas quando incorridas e/ou realizadas de acordo com o regime de competência.

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social referem-se ao orçamento da obra, valores contratados e mensuração de evolução do projeto, que impactam diretamente o reconhecimento de receita.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Bancos conta movimento	12.861.241	2.431.196
Aplicações financeiras	104.768.303	72.811.820
Total	117.629.544	75.243.016

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por renda fixa, CDB- Certificado de Depósito Bancário, com mercado de liquidez de curto prazo e estão sujeitas às conversões imediatas em dinheiro por valores conhecidos e riscos reduzidos de mudanças de valor.

ICCR RIO MINAS S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2025

Em 31 de dezembro de 2025, os rendimentos estão vinculados à taxa média de 98% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 31 de dezembro de 2024, os rendimentos foram vinculados à taxa média de 98% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI)

5. ESTOQUES

	2025	2024
MATERIAIS DE CONSUMO	2.997.363	1.232.310
Total	2.997.363	1.232.310

6. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.640.524,28 (2024 – R\$ 1.004.441,36), e está representado pelos valores a apropriar de prêmios de seguros, cuja despesa será apropriada mensalmente, na proporção de 1/12 avos, pelo período de vigência das apólices.

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2025	2024
Cauções e garantias	339.115	192.775
Total	339.115	192.775

8. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os saldos dos impostos diferidos se referem aos montantes adicionados no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR oriundos de despesas de contratos com arrendamento de Imóveis de longo prazo, e valor global acima de cinco mil euros em atendimento ao IFRS 16 – Arrendamentos, assim como das provisões aplicadas sobre os valores de Participações nos Lucros e Resultados – PLR a serem pagos aos colaboradores locais.

	2025	2024
Imposto de renda	647.830	4.930
Contribuição social	233.219	1.775
Total	881.049	6.705

9. IMOBILIZADO

	2025		2024	
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	111.270.100	(8.603.531)	102.666.569	90.570.693
Equipamentos de informática	779.175	(141.181)	637.994	351.496
Móveis e utensílios	567.805	(64.036)	503.770	326.591
Total	112.617.080	(8.808.747)	103.808.333	91.248.780

ICCR RIO MINAS S/A

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 2025**

A movimentação das contas do imobilizado (custo e depreciação) nos exercícios de 2024 e 2025 é apresentada a seguir:

Custos	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2025
Máquinas e equipamentos	91.537.827	21.884.880	-2.152.607	-	111.270.100
Equipamentos de informática	369.186	423.171	-13.182	-	779.175
Móveis e utensílios	338.136	229.669	-	-	567.805
Total	92.245.149	22.537.720	-2.165.789	-	112.617.080

Depreciação acumulada	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2025
Máquinas e equipamentos	-967.134	-7.636.772	375	-	-8.603.531
Equipamentos de informática	-17.690	-123.605	114	-	-141.181
Móveis e utensílios	-11.545	-52.491	-	-	-64.036
Total	-996.369	-7.812.867	489	-	-8.808.747
Total geral	91.248.780	14.724.853	-2.165.300	-	103.808.333

Custos	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2024
Máquinas e equipamentos	-	91.537.827	-	-	91.537.827
Equipamentos de informática	-	369.186	-	-	369.186
Móveis e utensílios	-	338.136	-	-	338.136
Total	-	92.245.149	-	-	92.245.149

Depreciação acumulada	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2024
Máquinas e equipamentos	-	-967.134	-	-	-967.134
Equipamentos de informática	-	-17.690	-	-	-17.690
Móveis e utensílios	-	-11.545	-	-	-11.545
Total	-	-996.369	-	-	-996.369
Total geral	-	91.248.780	-	-	91.248.780

10. ARRENDAMENTO

Direito de uso	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Saldo em 2025
Imóveis	1.636.542	1.468.602	-87.516	3.017.628
Total	1.636.542	1.468.602	-87.516	3.017.628

Depreciação Direito de uso	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Saldo em 2025
Imóveis	-161.053	-1.015.271	16.471	-1.159.853
Total	-161.053	-1.015.271	16.471	-1.159.853
Total geral	1.475.490	453.331	-71.046	1.857.775

ICCR RIO MINAS S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2025

Direito de uso	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Saldo em 2024
Imóveis	-	1.636.542	-	1.636.542
Total	-	1.636.542	-	1.636.542

Depreciação Direito de uso	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Saldo em 2024
Imóveis	-	-161.053	-	-161.053
Total	-	-161.053	-	-161.053
Total geral	-	1.475.490	-	1.475.490

10.1 Passivo de arrendamento	Movimentação 2025	Movimentação 2024
Arrendamento no início do exercício	1.492.178	-
Remensuração/adição	468.433	1.636.542
Pagamento	(8.025)	(180.005)
Juros provisionados		35.641
Arrendamento ao final do exercício	1.952.586	1.492.178
Circulante	1.159.797	691.364
Não Circulante	792.789	800.814
	1.952.586	1.492.178

11. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	2025	2024
Adiantamento de clientes	175.582.520	153.777.290
Total	175.582.520	153.777.290

Segregação no balanço patrimonial	2025	2024
Circulante	-	-
Não circulante	175.582.520	153.777.290
Total	175.582.520	153.777.290

Os adiantamentos são oriundos de valores do contrato de empreitada por preço global junto a Eco Rio Minas Concessionária de Rodovias S.A., no montante total de R\$ 175.582.520, que corresponde a 2,5% dos valores relativos às Ordens de Serviço já recebidas em referência ao contrato total, a serem descontados mensalmente da razão de 3,35% dos valores auferidos nas medições.

12. FORNECEDORES

	2025	2024
Fornecedores	16.725.256	8.463.785
Provisão de fornecedores	1.136.122	187.004
Partes Relacionadas	508.411	841.164
Total	18.369.789	9.491.953

ICCR RIO MINAS S/A

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 2025**

Segregação no balanço patrimonial	2025	2024
Circulante	15.812.705	9.370.533
Não circulante	2.557.085	121.420
Total	18.369.789	9.491.953

O saldo de provisão de fornecedores se refere às medições já realizadas, cuja Companhia está aguardando a emissão da nota fiscal.

13. PARTES RELACIONADAS

Os saldos em 31 de dezembro de 2025, se referem aos valores a pagar para os acionistas.

Valores a pagar - rateios	2025	2024
Itinera Construções Ltda.	229.238	135.225
Crasa Infraestrutura S.A.	279.173	135.171
Total	508.411	270.396

Dividendos a pagar	2025	2024
Itinera Construções Ltda.	2.379.098	285.411
Crasa Infraestrutura S.A.	2.378.147	285.327
Total	4.757.245	570.768
Dividendos obrigatórios	4.757.245	570.768

Remuneração paga aos diretores da Companhia

A remuneração paga aos diretores foi de R\$ 2.890.526 até dezembro de 2025 (R\$ 2.329.342 até dezembro de 2024).

	2025	2024
Contas a receber de partes relacionadas		
Eco Rio Minas	16.022.737	6.833.355
	<u>16.022.737</u>	<u>6.833.355</u>
Adiantamentos a pagar de partes relacionadas		
Noroeste Paulista	191.605.256	160.610.646
	<u>191.605.256</u>	<u>160.610.646</u>
Total	<u>175.582.520</u>	<u>153.777.290</u>

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2025	2024
Salários e Ordenados a pagar	5.055	
Rescisões a pagar	136	
INSS sobre folha	1.583.876	581.750
FGTS sobre folha	604.086	140.651
IRRF sobre folha	324.363	113.920
Provisão de férias e encargos	2.683.809	672.256

ICCR RIO MINAS S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2025

Contribuição Sindical	32.819	19.202
Participação Resultados	2.034.192	
Total	7.268.336	1.527.780

15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
IRPJ a pagar	642.772	242.653
CSL a pagar	232.118	88.075
ISS a pagar	3.983.880	978.048
PIS a pagar	9.280	4.368
COFINS a pagar	57.105	26.882
IRRF terceiros	23.179	12.153
CSLL TERCEIROS	627	
ISS terceiros	351.895	135.440
INSS terceiros	182.042	118.790
Pis/Cofins/Csl terceiros	76.049	14.185
Pagamento financeiro IFRS 16	792.789	800.814
Total	6.351.737	2.421.409

Segregação Circulante e Não Circulante	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Circulante	5.558.947	1.620.595
Não circulante	792.789	800.814
Total	6.351.736	2.421.409

Os saldos informados no grupo do não circulante, se referem a impostos diferidos, sendo o IRPJ (25%) e CSLL (9%) calculados sobre o arrendamento mercantil registrado no resultado.

16. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos em andamento na esfera judicial, de natureza trabalhista e cível, em fase de julgamento, decorrente da execução do “Contrato Principal”. Considerando o posicionamento de seus advogados a Companhia possui 1(um) processo trabalhista com probabilidade de perda Provável no montante de R\$ 450.000,00. A Companhia não possui processos relevantes com probabilidade de perda Possível.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional e em bens e direitos, é de R\$ 1.000.000 (um milhão de reais), representado por 10.000 (dez mi) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme a seguir:

Acionista	<u>Capital subscrito</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>(%) participação</u>
ITINERA Construções Ltda.	500.100	5.001	50,01
Crasa Infraestrutura S.A.	499.900	4.999	49,99
Total	1.000.000	10.000	100

ICCR RIO MINAS S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2025

b. Reserva legal

A reserva legal foi constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não excedeu a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social.

c. Dividendos

A política de distribuição de dividendos é de no mínimo 25%, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

d. Lucros à disposição da assembleia

Representada pelos lucros remanescentes (lucro após a constituição da reserva legal e dividendos) e sua deliberação será realizada na próxima Assembleia Geral de Acionistas.

18. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS

	2025	2024
Receita de execução de obras	314.304,263	40.148.402
Total da receita bruta	314.304.263	40.148.402
(-) ISS	(13.276.549)	(1.838.737)
Receita operacional líquida	301.027.714	38.309.665

19. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2025	2024
Mão de obra direta	37.434.699	2.602.940
Mão de obra indireta	56.845.479	11.746.388
Materiais	15.836.334	1.216.220
Locação de equipamentos	37.753.741	1.368.052
Frete e carretos	3.016.700	801.347
Serviços de subempreiteiros	44.061.513	5.230.514
Serviços de consultoria técnica	1.307.890	140.900
Serviços de manutenção	2.411.712	57.280
Serviços de vigilância	6.673.230	984.351
Outros custos	7.978.062	2.003.411
Total	213.187.341	26.151.403

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2025	2024
Mão de obra e encargos	29.602.305	5.281.204
Material para consumo	10.404.433	3.639.959
Materiais	4.830.164	1.284.063
Despesas com viagens	1.745.156	673.052
Transporte pessoal	3.536.804	564.708
Depreciação e amortização	8.835.872	1.161.391
Locação de imóveis	705.504	330.544
Telefone, internet, energia, água e gás	2.679.575	206.324
Outras	6.311.366	257.716
Total	68.651.178	13.398.960

ICCR RIO MINAS S/A

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 2025**

21. RESULTADO FINANCEIRO

<u>Receitas financeiras</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Aplicações financeiras	10.644.014	5.185.058
JUROS S/CRÉDITO FISCAL	231	
DESCONTOS OBTIDOS	70	
Receitas Financeiras IFRS 16	829	
Total das receitas financeiras	10.645.144	5.185.058
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros e encargos c/Fornecedores	(249.906)	(40.440)
Multas/Penalidades contratuais	(380.645)	-
Tarifas Bancária	(17.477)	(8.684)
Variação Cambial Passiva	(2.663)	(6.731)
Total das despesas financeiras	(650.691)	(55.855)
Resultado financeiro líquido	9.994.453	5.129.203

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Impostos correntes	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Imposto de renda	7.851.279	917.791
Contribuição social sobre o lucro	2.835.101	333.285
	10.686.380	1.251.076
Impostos diferidos		
Imposto de renda	(642.901)	-4930
Contribuição social sobre o lucro	(231.444)	-1775
	(874.345)	(6.705)
Despesa Imposto de Renda e Contribuição Social	9.812.035	1.244.371
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro antes do IRPJ e CSLL	28.920.852	3.647.606
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto calculado com base nas alíquotas nominais	9.833.090	1.240.186
Demonstrativo origem de despesa de impostos efetivos		
Adições	-	55.558
(-) Benefício PAT	-	-
	9.833.090	1.295.744
Alíquota efetiva	34,00%	35,52%

ICCR RIO MINAS S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2025

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

<u>Ativos financeiros</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e equivalentes de caixa	117.629.544	75.243.017
Contas a receber	103.321.545	22.934.626
Adiantamentos a terceiros	19.753	3.000
Totais	220.970.842	98.180.643

<u>Passivos financeiros</u>		
Fornecedores	15.304.294	8.921.185
Arrendamento	1.159.797	691.364
Adiantamento de clientes	278.904.064	176.711.917
Totais	295.368.155	186.324.466

A Companhia não possuía nenhuma transação em aberto, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, envolvendo instrumentos financeiros complexos (derivativos). As transações financeiras ocorridas entre ativos e passivos usuais são pertinentes às suas atividades econômicas, envolvendo particularmente aplicações financeiras, contas a receber e a pagar com vencimento de curto prazo.

Esses instrumentos, devido à sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados nos balanços patrimoniais próximos aos valores de mercado.

24. GESTÃO DE RISCOS

Os riscos de mercado são aqueles decorrentes da evolução dos custos de operação que compõem a própria formação dos preços. A Companhia, através de seus departamentos técnico e de planejamento, analisa os projetos, aplicando a sua experiência na formação de preços. No caso de surgimento de distorções que afetem o disposto originalmente nos projetos, a diretoria da Companhia procura, através de negociação direta com seus clientes, restaurar o equilíbrio econômico-financeiro das operações.

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

Os cálculos e recolhimentos de impostos, contribuições sociais e encargos previdenciários devidos pela Companhia estão sujeitos à revisão pelos órgãos responsáveis por sua fiscalização dentro dos prazos legais de prescrição.

26. SEGUROS CONTRATADOS

A diretoria da Companhia adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela diretoria e agentes seguradores para fazer face a ocorrências de sinistros.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. ÔNUS, AVAIS E GARANTIAS

A Companhia não possui ônus relevantes, tampouco é garantidora de aval junto a instituições financeiras em benefício de outras sociedades.